A valoração pericial do “perigo para a vida”: estudo retrospectivo de duas áreas metropolitanas de Portugal

Autor(es): Oliveira, C.; Santos, B.; Jardim, P.; Corte-Real, F.; Magalhães, T.

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/33164>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1647-8630_21_2

Accessed : 26-Apr-2023 14:36:31

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

REVISTA PORTUGUESA

do Dano Corporal

Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
al Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
no Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
il Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal
o Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal Revista Portuguesa do Dano Corporal

DEZ 2010 ANO XIX • N.º 21

APADAC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE AVALIAÇÃO
DO DANO CORPORAL

INSTITUTO NACIONAL
DE MEDICINA LEGAL, I.P.
DELEGAÇÃO DO CENTRO

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

A valoração pericial do “perigo para a vida” . Estudo retrospectivo de duas áreas metropolitanas de Portugal

C. Oliveira¹, B. Santos¹⁻²⁻⁶, P. Jardim³⁻⁴⁻⁶, F. Corte-Real¹⁻²⁻⁶, T. Magalhães³⁻⁶

Introdução

Em Portugal, no caso das perícias para avaliação do dano corporal pós-traumático em sede de Direito Penal (DP), os danos são descritos e valorados tendo em vista definir as consequências de eventual ofensa corporal, constituindo tal um apoio fundamental para o julgador no que à qualificação jurídico-penal da conduta diz respeito. Assim, um dos principais objectivos deste tipo de perícia será auxiliar o magistrado a determinar em que tipo legal de crime se enquadram as consequências pós-traumáticas descritas, designadamente se se enquadram, ou não, no âmbito do artigo 144º do Código Penal (referente aos Crimes contra a integridade física graves).

A perícia médico-legal deverá ser postulada com base na metodologia da avaliação tridimensional do dano (corpo, função e situações da vida), ser objectiva e fundamentada, apresentando-se através de um relatório médico-legal claro, conciso, bem sistematizado e rigoroso, atendendo às alíneas do referido artigo 144º, sempre que aplicáveis.

Os vários tipos de dano contemplados nas quatro alíneas daquele artigo constituem, assim, “parâmetros de dano” a serem avaliados, os quais devem servir de referência ao médico perito quanto à natureza da informação e aos termos em que ela deva ser prestada no relatório pericial. O conteúdo do referido artigo é articulado da seguinte forma: “*Quem ofender o corpo ou a saúde de outra*

¹ Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

² Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

³ Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

⁴ Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

⁵ Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

⁶ CENCIFOR – Centro de Ciências Forenses, Portugal

pessoa de forma a: a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente; b) Tirar-lhe ou afectar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem; c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou d) Provocar-lhe perigo para a vida; é punido com pena de prisão de dois a dez anos.”

Na quarta alínea do artigo, encontra-se previsto um parâmetro de dano de grande importância na avaliação do dano corporal em Direito Penal, denominado de «Perigo para a Vida» (PV), sendo necessário, quando na consideração deste dano, ter sempre presente duas noções fundamentais, o perigo concreto e o perigo potencial. Deve entender-se, no entanto, que o previsto na referida alínea, se refere ao perigo concreto para a vida, “(...) e não simplesmente abstracto”, que apenas deve ser considerado, quando se verifica “(...) uma realidade objectiva, na qual se fundamente um *juízo de probabilidade* (...) (Magalhães *et al.*, 2003). O perigo deve ser actual, sério, efectivo e não remoto ou meramente presumido [...] deve ser reconhecido por sintomas objectivamente demonstráveis (...) apenas aquelas situações *críticas e de prognóstico reservado*, isto é, situações de perigo de vida real e concretamente experimentado” (Oliveira Sá, 1991), relacionadas directamente com a lesão resultante da ofensa como, por exemplo, choque hemorrágico, choque séptico, coma profundo ou paragem cardíaco-respiratória. O PV reporta-se às situações fisiopatológicas traumáticas que têm vindo a ser rotuladas, cada vez mais, como causas determinantes e constantes de morte, se não forem tratadas de forma atempada e eficaz, permitindo assim a sobrevivência da vítima.

Nas situações em que não se verificou, em concreto, PV, deve assinalar-se no relatório os casos em que existiu um risco, ainda que potencial. Entende-se por perigo potencial “(...) apenas uma expectativa, ainda que razoavelmente possível ou mesmo provável, falta a sua concretização, o estado crítico real (...)” (Oliveira Sá, 1991), “(...) a que chamamos risco – como por exemplo, na sequência da possibilidade de surgirem complicações” (Magalhães *et al.*, 2003). Assim, a simples possibilidade de perigo remoto, ainda que directo, não constitui resultado suficiente para a existência do dano contemplado na alínea d) do art. 144º, nem tão pouco o perigo iminente, mas indirecto, o caracteriza. Desta forma, o crime de ofensas à integridade física engloba duas situações distintas: o *perigo para a vida* e o perigo para a saúde, sendo mais grave, em termos de conduta social, colocar dolosamente em sério risco a vida de alguém (perigo) do que, por exemplo, produzir-lhe uma equimose no braço ou nas costas (dano), mas de forma culposa (Bastos, 2008). Em resumo, a identificação deste tipo de crime implica um juízo lógico de probabilidade de lesão à vida ou saúde de outrem, que sofre pessoalmente, e de modo concreto, o resultado de perigo inerente à conduta do sujeito activo.

A avaliação médico-legal é objectivamente centrada na natureza dos ferimentos e nos processos fisiopatológicos associados (Oliveira Sá, 1987). No entanto, apesar da importância da avaliação pericial do PV, não estão ainda definidos critérios exactos para a sua valoração, havendo apenas orientações genéricas, aspecto que é urgente colmatar tendo em vista a necessária harmonização da avaliação pericial a nível nacional e a promoção da boa administração da justiça. De facto, será indispensável o perito concluir pela existência, ou não, de PV, podendo isto significar a diferença entre uma detenção ou apenas multa do responsável.

Objectivos

O presente trabalho tem como objectivo geral contribuir para uma melhor compreensão do processo de valoração médico-legal do PV. Como objectivos específicos visa, nos casos em que foi considerado existir PV:

- a) Caracterizar: vítimas; mecanismo lesional; lesões; período médio de doença atribuído;
- b) Avaliar a adequação dos critérios clínicos utilizados e a sua correcta fundamentação.

Material e métodos

Foi efectuado um estudo retrospectivo, no período compreendido entre 2004 a 2008, nas Delegações do Norte e do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML). Com base nos relatórios periciais elaborados em sede de Direito Penal, nos quais foi considerado existir perigo concreto para a vida, sendo excluídos todos os casos em este parâmetro se referisse apenas ao perigo potencial.

Os dados foram colhidos a partir da aplicação informática existente nas Delegações do INML (*MEDLEG.Net*). A recolha dos dados foi efectuada por dois dos investigadores, para uma base de dados no programa Microsoft Excel 2007 e no programa estatístico SPSS versão 16.0.

Foram avaliados os seguintes parâmetros: sexo e idade das vítimas; mecanismo lesional do evento traumático; lesões resultantes; relação das vítimas com o eventual agressor (quando no contexto de agressão física); natureza do traumatismo; períodos de doença atribuídos; eventuais consequências permanentes consideradas; adequação da atribuição do PV (incluindo se esta atribuição se encontrava devidamente fundamentada no Capítulo da Discussão ou da Conclusão dos relatórios periciais).

Resultados

De entre a totalidade dos exames periciais realizados no âmbito das ofensas à integridade física (OIF) em Direito Penal, no período de tempo em estudo (n=31935), obteve-se 63 casos em que foi atribuído PV, os quais correspondem a 0.2% do total das OIF avaliadas.

Nas situações em que houve a atribuição de PV, as vítimas eram maioritariamente do sexo masculino (n=48; 76.2%), o que difere da relação entre os sexos obtida na totalidade das OIF observadas nesse mesmo período (53.7% de vítimas femininas) (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da população segundo o sexo da vítima

Sexo	OIF		OIF com PV		p
	n	%	n	%	
Masculino (M)	14771	46.3	48	76.2	0.0015
Feminino (F)	17164	53.7	15	23.8	0.0004
Total	31935	100	63	100	
Relação M/F	0.9		3.2		

A idade média das vítimas foi de 37 ± 18.34 anos (min=7; máx=83 anos).

Relativamente à etiologia do traumatismo, a agressão representou 57.1% das situações (n=36), sendo 47.2% provocados por armas brancas (n=17) e 30.6% por armas de fogo (n=11) (Gráfico 1). O acidente de viação foi a segunda etiologia traumática (39.7%; n=25), sendo em 56% dos casos devido a atropelamento (n=14) e em 40% a colisão entre veículos (n=10) (Gráfico 2).

Gráfico 1. Mecanismo lesional, no caso das agressões (n=36)

Gráfico 2. Mecanismo lesional, no caso dos acidentes de viação (n=25)

Nos casos de agressão (n=36), e quanto à relação existente entre a vítima e o eventual agressor, verificou-se que em 47.2% (n=17) foram provocadas por pessoas próximas da vítima (conhecidos, familiares, cônjuges, colegas ou vizinhos), mas 72.2% (n=26;) ocorreu em contexto extra-familiar (Gráfico 3).

Gráfico 3. Relação entre a vítima e o suposto agressor (n=36)

Relativamente aos quadros clínicos que se encontravam associados ao evento traumático analisado e geralmente implicados na atribuição de PV, o “choque hipovolémico” foi o mais frequente (34.9%; n=22), seguido do coma devido a “traumatismo crânio-encefálico grave” e da “insuficiência respiratória” (19%; n=12 cada um dos casos) (Gráfico 4).

Gráfico 4. Distribuição quanto às lesões geralmente associadas à atribuição de PV (n=63)

Foram atribuídas consequências permanentes em 88.9% (n=56), sendo que em 38% (n=24), estas se enquadravam nas três primeiras alíneas do art.º 144; em 50.8% das situações isso não se verificou, estando, na sua maioria, implicados apenas vestígios cicatriciais não desfigurantes (Gráfico 5).

Gráfico 5. Distribuição quanto à atribuição de consequências permanentes (n=56)

O tempo médio de doença estabelecido foi de 254 dias (máx.=1375; min.=5 dias).

Quanto à natureza dos traumatismos, na sua maioria foram considerados como sendo de natureza contundente (50.8%; n=32) (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos casos segundo a natureza do traumatismo (n=63)

Natureza do traumatismo	n	%
Contundente	32	50.8
Corto-perfurante	12	19.1
Perfurante	11	17.5
Perfuro-contundente	4	6.3
Corto-contundente	4	6.3

Em 12.7% dos casos analisados não se encontraram critérios clínicos que justificassem a atribuição do PV, de acordo com os critérios anteriormente referidos. Nas situações em que se considerou aceitável esta atribuição, não foi encontrada a respectiva fundamentação nos Capítulos da “Discussão” ou da “Conclusão” dos relatórios periciais em 74.5% dos casos (n=41) (Gráficos 6 e 7).

Gráfico 6. Distribuição de PV aceitável e não aceitável nos relatórios periciais (n=63) **Gráfico 7.** Distribuição quanto à fundamentação encontrada na “Discussão” ou “Conclusão” quando a atribuição do PV foi considerada aceitável (n=55)

Discussão

Através da amostra estudada foi possível constatar que 76.2% das vítimas em que foi considerado ter existido perigo concreto para a vida pertenciam ao sexo masculino ($p=0.0015$), o que difere significativamente na relação entre os géneros obtida na totalidade das ofensas à integridade física observadas nesse mesmo período temporal. A razão de homens/mulheres obtida foi de 3.2, quando nos casos em geral é de 0.9; tal facto pode ser explicado pela circunstância de, geralmente, os homens se envolverem em situações de maior violência do que as mulheres.

A agressão foi o evento preponderante, correspondendo a 57.1% da totalidade das situações analisadas tendo a arma branca sido o instrumento mais utilizado, seguido das armas de fogo. O acidente de viação foi a segunda etiologia traumática, tendo o atropelamento sido verificado em 56% destas situações.

Os quadros clínicos geralmente implicados na atribuição de PV foram o “choque hipovolémico” (havendo necessidade urgente e inevitável de se efectuar transfusões sanguíneas, a maioria delas múltiplas, como forma de reverter a instabilidade hemodinâmica), o “traumatismo crânio-encefálico grave” (encontrando-se dentro deste, casos de hematoma epidural com fractura da calote craniana), a “insuficiência respiratória” (que incluía as situações de embolia pulmonar, pneumotórax e hemotórax), o “ventre agudo” (com casos de peritonite traumática originada por perfuração visceral), a “sépsis”, a “paragem cardio-respiratória” e a “trombose da veia cava”. Todas estas situações foram consideradas, dado que seriam adequadas a produzir a morte com muita probabilidade, se não fossem tratadas urgente e convenientemente. O choque hipovolémico foi a complicação mais associada aos eventos traumáticos analisados (34.9%), seguido do coma dos traumatismos crânio-encefálicos graves e da insuficiência respiratória, o que está de acordo com o conceito de perigo concreto para a vida, atrás referido.

Em 11.1% considerou-se não existirem consequências permanentes para as vítimas e nos casos em que estas existiam, apenas em 38% foram atribuídas consequências contempladas nas três primeiras alíneas do art.144º do Código Penal.

Relativamente aos critérios mínimos definidos para a atribuição de PV, em 12.7% dos casos analisados estes não foram respeitados. Nas situações em que tal atribuição foi considerada aceitável, a sua rigorosa fundamentação nos Capítulos da “Discussão” ou da “Conclusão” dos relatórios periciais apenas aconteceu em 25.5% dos casos. Este estudo permitiu, assim, verificar a heterogeneidade e imprecisão de critérios que são utilizados para avaliar o PV e, portanto, a necessidade de harmonizar esta avaliação, sendo justificado o estabelecimento de critérios clínicos objectivos e padronizados para a valoração deste dano.

Conclusão

O estudo permitiu verificar que o PV é atribuído em relativamente poucas situações (0.2%), sendo as vítimas, maioritariamente, adultos activos do sexo masculino.

A agressão é a ocorrência mais comum (57.1%), sendo geralmente perpetrada com recurso a armas brancas e de fogo (77.8%).

Os quadros clínicos mais frequentes foram os que se acompanham de choque hipovolémico (34.9%), de coma devido a traumatismo crânio-encefálico grave (19%) e de insuficiência respiratória (19%), as quais implicam tratamentos prolongados e consequências permanentes graves numa percentagem significativa da população estudada.

Constata-se, porém, graves dificuldades na avaliação e atribuição de PV pelos médicos peritos: é atribuído mesmo na inexistência dos critérios mínimos (12.7%) ou quando estes existem não fundamentam a sua valoração (74.5%).

Nas situações em que não se verificou, em concreto, PV, mas apenas um risco (perigo potencial), deve-se, de igual forma, assinalar tal facto no relatório, aspecto que não se verificou em nenhum dos casos analisados.

Tendo em conta as implicações judiciais que destas situações, é fundamental a implementação de critérios clínicos objectivos e padronizados para a atribuição do PV, de forma a que todas as vítimas possam ser avaliadas de forma correcta e justa.

Referências bibliográficas

- Bastos, J.J.C. (2008). Crime de perigo para a vida ou saúde de outrem. Estrutura jurídica e divergências interpretativas. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n.1870, 14 ago. 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11597>>. Acesso em: 07 out.2009.
- Código Penal Português (2007).
- Magalhães, T., Pinto da Costa, D., Corte-Real, F., Nuno Vieira, D. (2003). Avaliação do dano Corporal em Direito Penal. Breves reflexões médico-legais. *Revista de Direito Penal*, II (1), p.63-82.
- Oliveira Sá, F. (1987). Causa necessária de morte?. *Boletim do Ministério da Justiça*, nº363, p.5-16.
- Oliveira Sá, F. (1991). As Ofensas Corporais no Código Penal: Uma perspectiva médico-legal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, p.409-443
- Simas Santos, M. (2004). Avaliação do dano corporal em Direito Penal. *Revista Portuguesa Dano Corporal* 13 (14), p.19-32.

Resumo: A valoração pericial do “perigo para a vida”. Estudo retrospectivo de duas áreas metropolitanas de Portugal

No Código Penal Português (CP), relativamente aos crimes contra a integridade física, está previsto o art.º 144º relativo às ofensas à integridade física graves. Na alínea d) do referido artigo, encontra-se descrito um parâmetro fundamental na avaliação do Dano Corporal em Direito Penal, denominado de “Perigo para a Vida” (PV). Apesar da relevância da avaliação pericial deste parâmetro, não estão definidos critérios exactos para a sua valoração, pelo que o presente estudo tem como objectivo avaliar eventuais diferenças entre os critérios periciais adoptados. Realizou-se um estudo retrospectivo no período compreendido entre 2004 a 2008, nas Delegações do Norte e Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML), relativo a casos de ofensa à integridade física, em que foi considerado ter existido perigo concreto para a vida. Encontraram-se 63 casos, correspondendo a 0.2% do total das ofensas à integridade física, durante o período em estudo. Comparando alguns dados demográficos, constatou-se que a idade média das vítimas foi 37 ± 18.34 anos, sendo que as vítimas eram maioritariamente do sexo masculino. Relativamente à etiologia do traumatismo, a agressão foi o evento preponderante, tendo muitos destes episódios sido provocados por armas brancas. Os quadros clínicos normalmente implicados na atribuição do PV e encontrados associados aos eventos traumáticos analisados, foram o “choque hipovolémico”, seguido pelo “traumatismo crânio-encefálico grave” e “insuficiência respiratória”. Resultaram consequências permanentes em 88.9% dos casos, sendo que destas, 38% estavam no âmbito das descritas no art.º 144º. O tempo médio de doença estabelecido para as vítimas avaliadas foi de 254 dias. Na atribuição do PV, o perito deve considerar que tal situação corresponde a uma probabilidade concreta e presente do resultado letal, fundamentada em sinais e sintomas de morte próxima, situações críticas e de prognóstico reservado, relacionadas directamente com a lesão resultante da ofensa. No entanto, em situações em que não se verificou PV, deve assinalar-se no relatório também os casos em que existiu risco (perigo potencial), aspecto que não foi considerado em nenhuma das perícias analisadas neste estudo. Por outro lado, verifica-se que, tendo em conta as implicações judiciais que advêm nestes casos, é fundamental o estabelecimento de critérios clínicos objectivos e padronizados para a atribuição deste dano (que em 12.7% dos casos não foram respeitados), bem como a sua rigorosa fundamentação (o que não aconteceu em 74.5% dos casos).

Palavras-chave: Avaliação do dano corporal; Direito Penal; perigo para a vida.

Summary: “Danger to life” forensic assessment. Retrospective study in two regions of Portugal
In the Portuguese Penal Code (PC), for crimes against the physical integrity, it is provided the article 144 ° relative to serious bodily harm. Under the paragraph d) of that article, is described a fundamental parameter in the evaluation of Bodily Injury in Criminal Law, named “Danger to Life” (PV). Despite the relevance of the expert assessment of this parameter, the precise criteria for their valuation are not set, so the present study aims to assess any differences between the expert criteria adopted. Therefore, we conducted a retrospective study in the period between 2004 to 2008, in the North and Centre Branches of the National

Institute of Legal Medicine (INML), relative to cases of offense to physical integrity, where it was considered that there was real danger to life. We found 63 cases, representing 0.2% of total bodily harm, during the period in study. Comparing some demographic data, it was found that the average age of victims was 37 ± 18.34 years, and the victims were mostly male. Regarding the aetiology of trauma, aggression was the predominant event, and many of these episodes were caused by weapons. The clinical picture usually involved in the assignment of PV and found associated with the traumatic events reviewed, were the «hypovolemic shock», followed by «severe head trauma» and “respiratory failure». In 88.9% of cases resulted permanent consequences, and of these, 38% were within the areas described in the article 144. The average duration of disease established for the victims assessed was 254 days. In the assignment of PV, the forensic expert should consider that this situation must corresponds to a concrete probability and presence of a lethal outcome, based on signs and symptoms of approaching death, critical situations and poor prognosis, related directly with the injury from the offense. However, in situations where PV is not present, it should also be noted in the report, the cases where there was risk (potential danger). In our study, that aspect was not considered in any of the skills examined. Moreover, taking into account the legal implications that may arise in these cases, it is essential to establish objective and standardized clinical criteria for the assignment of this damage (which were not respected in 12.7% of the cases), and their rigorous justification (which did not happen in 74.5% of cases).

Key-words: Evaluation of bodily injury; criminal law; danger to life.

Résumé: L'évaluation médico-légale du “danger pour la vie”. Étude rétrospective dans deux régions du Portugal

L'article 144° du Code Pénal Portugais (CP) aborde les crimes graves contre l'intégrité physique. L'alinéa d) de cet article décrit un paramètre fondamental dans l'évaluation des dommages corporels en droit pénal, intitulé «Danger pour la vie» (DV). Malgré la pertinence de l'évaluation de ce paramètre par des médecins experts, nous n'avons pas, jusqu'aujourd'hui, des critères bien définis pour son évaluation. La présente étude vise évaluer les différences parmi les critères adoptés par les experts. Nous avons conduit une étude rétrospective de tous les cas d'atteinte à l'intégrité physique auxquels on a considéré qu'il existait un réel danger pour la vie, dans les Délégations du Nord et du Centre de l'Institut National de Médecine Légale (INML) pendant le période 2004 à 2008. Nous avons trouvé 63 cas, qui représentent 0,2% du total des cas de lésions corporelles dans la période étudiée. Les données démographiques nous montrent que les victimes étaient majoritairement des hommes et l'âge moyen était de $37 \pm 18,34$ ans. En ce qui concerne l'étiologie des traumatismes, l'agression est l'événement prédominant et il y en a beaucoup causées par des armes blanches. Les tableaux cliniques qui ont justifié l'attribution du paramètre DV sont le «choc hypovolémique», suivi du «traumatisme crânien sévère» et de la «insuffisance respiratoire». Nous avons rencontré des conséquences permanentes en 88,9% des cas, dont 38% présentaient des critères rapportés dans l'article 144 °. La durée moyenne de la maladie

établie pour les victimes évaluées a été 254 jours. Dans l'attribution du DV, l'expert doit tenir compte que cette situation correspond à une probabilité concrète d'un résultat mortel, basée sur les signes et les symptômes de la mort qui s'approche, bien que sur des situations critiques et de mauvais pronostic directement liées aux dommages résultant de agression. Toutefois, même quand le DV n'existe pas, on doit signaler dans le rapport d'expertise s'il y a des risques graves (danger potentiel), ce que n'a pas été rapporté dans les cas étudiés. En outre, il est clair que, compte tenu des implications juridiques qui se posent dans ces cas, il est essentiel établir des objectifs et des critères cliniques normalisés pour l'attribution de ce dommage (ce que n'a pas été vérifié dans 12,7%), ainsi que leur justification rigoureuse (celle-ci n'est pas rapportée dans 74,5% des cas).

Mots-clés: Évaluation des dommages corporels; droit pénal; danger pour la vie.

Pedido de separatas:

CARINA OLIVEIRA

carina.oliveira@dcinml.mj.pt